



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 2024
AGO 30.04.2024**

De acordo com a Resolução CVM 81 de 29/03/22 - Capítulo III - Artigos 3º a 25º estamos encaminhando:

Sumário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia - Artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81/22 e nos moldes do Item 2 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)	5
Anexo II: Remuneração dos administradores - Artigo 13 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 8 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)	33
Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Artigo 10, Parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81/22).....	43

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. – em recuperação judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 82.636.986/0001-55

EDITAL DE CONVOCAÇÃO **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem no próximo dia 30 de abril de 2024, às 09:00 horas, no auditório do Centro de Gestão Humana, localizado na Rua 2 de Setembro, nº 2588, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC), em Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I – Em Regime Ordinário

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
2. Fixação do montante global dos honorários da Administração para o exercício de 2024; e
3. Destinação do Resultado do Exercício de 2023.

Informações complementares:

Aviso aos acionistas: Comunicamos aos Srs. Acionistas da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia”) – em recuperação judicial, nos termos do art. 133 da Lei nº

6.404/76, do art. 27 da Resolução CVM nº 80/2022 e dos arts. 10 e 13 da Resolução CVM nº 81/2022, referente ao exercício social encerrado em 31.12.2023, que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia encontram-se à disposição na sede social na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68, bairro Itoupava Norte, Blumenau, Santa Catarina, e no site da Companhia (www.teka.com.br).

Dos documentos: Os Senhores Acionistas que não comparecerem, se for o caso, poderão ser representados por procuradores munidos da outorga, nos termos do art. nº 126, § 1º e 4º da Lei nº 6.404/76.

Do voto a distância: A Companhia disponibiliza nessa mesma data a opção de votação a distância conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 81/2022.

Para a disponibilização de cadeiras, solicitamos que cada participante confirme a sua presença com no mínimo 48 horas de antecedência através do e-mail: anaeli@teka.com.br.

Blumenau (SC), em 26 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I: Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia - Artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81/22 e nos moldes do Item 2 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)

2 Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Os desafios para a indústria brasileira se mantiveram durante o ano de 2023, os resultados levaram o setor a fechar o ano com alta acumulada da produção de 0,2%, ainda sem recuperar a queda de 0,7% de 2022.

Contudo, mesmo diante das adversidades do mercado, a Companhia alcançou receita bruta de R\$ 387,5 MM, encerrando o ano 12,7% superior a 2022, onde atingiu R\$ 343,8 MM. No mercado interno um crescimento de 15,8% e no mercado externo redução de 33,8% em relação ao ano anterior, devido às restrições de crédito com o mercado Argentino.

Desta forma, a receita líquida do ano de 2023 foi de R\$ 297,7 MM, um incremento de 11,8% sobre o mesmo período de 2022, quando atingiu R\$ 266,1 MM.

Em 2023 verifica-se uma redução no custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida, sendo 78,8% neste ano contra 82,1% no mesmo período em 2022, alcançando o montante de R\$ 234,4 MM.

A Companhia mantém o foco na eficiência, otimização e redução de custos/despesas em geral, dando passos importantes, onde o direcionamento estratégico fez a diferença, refletindo nos resultados.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ 148,5 MM, verifica-se aumento de 173,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, no valor de R\$ 54,2 MM. Valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado.

Importante esclarecer que a relevante variação entre os dois períodos se deve aos ajustes efetuados em 2022, onde verificou-se a inexistência de débitos financeiros, o que resultou em

ajustes realizados nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento.

Ademais, foi alcançada significativa evolução nos trabalhos iniciados em 2018, com relevantes efeitos na posição patrimonial da Companhia, conforme destacado na nota explicativa nº 17 – Provisão para contingências e depósitos judiciais.

Nesse contexto o resultado alcançado no ano de 2023 foi negativo em R\$ 151,5 MM, contra um resultado negativo de R\$ 159,7 MM em 2022.

A Administração segue confiante na retomada gradual e contínua, firme no propósito de realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

PRÊMIO FORNECEDOR DESTAQUE DA HOTELARIA 2023

Em fevereiro de 2024, a Revista Hotéis divulgou resultado da votação dos Melhores Fornecedores da Hotelaria de 2023. Pelo segundo ano consecutivo, a TEKA consagrou-se como Melhor Fornecedor de Enxoval de Cama e Banho. Foi realizada enquete pública com mais de 5 mil hoteleiros de todo o Brasil. Esta 13ª edição do prêmio teve recorde de votos válidos, o que demonstra a importância desta conquista.

A marca TEKA é líder em enxoval de cama e banho para hotéis. O reconhecimento se confirma com o prêmio nesta categoria em 2018, 2019, 2022 e 2023, além da marca mais lembrada pelos consumidores em 2012 e 2020.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A TEKA, reconhecida pela criação de produtos de alta qualidade, mantém um compromisso contínuo com o impacto ambiental e social de suas operações. A Companhia tem implementado práticas sustentáveis, tanto em âmbito externo quanto interno, visando a redução do consumo de recursos naturais, a reciclagem de materiais e a promoção de benefícios sociais. A relação da Companhia com seus públicos, é fundamentada em sua missão e estratégia de negócios, com a firme crença de que os resultados devem ser alcançados sob as perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental.

Ao término do ano de 2023, a TEKA contava com 1.368 colaboradores, um aumento em relação aos 1.269 do ano anterior, oferecendo um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento profissional e pessoal. No ano em questão, foram realizados diversos treinamentos focados na capacitação e no aprimoramento dos colaboradores, com ênfase na melhoria dos processos e na qualidade dos produtos. O programa de estágio e aprendizagem da empresa representa um investimento nos talentos emergentes, com aproximadamente 80 estudantes participando do programa.

No que tange à sustentabilidade ambiental, a Companhia mantém controles rigorosos sobre a poluição, destacando-se pelo tratamento de efluentes altamente eficaz. Além disso, zela pelo descarte adequado de resíduos e opta por embalagens plásticas provenientes de empresas

recicladoras, impactando significativamente na redução do consumo de água, emissões de gás carbônico, uso de energia elétrica e destinação de resíduos para aterros sanitários.

Recentemente, a TEKA foi agraciada com dois certificados que atestam seu comprometimento com a sustentabilidade: um concedido pela ALCAPLAS, fornecedora de resinas e embalagens plásticas recicladas, e outro pela AVPLAS, recicladora e fabricante de embalagens plásticas. Tais certificações evidenciam a contribuição da Companhia para a preservação ambiental e para a criação de empregos, tanto diretos quanto indiretos.

AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Após o encerramento de mais um exercício, reforçamos nosso compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores.

Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2024.

A Administração

b. estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações e mudança na estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os compromissos financeiros atuais estão sendo totalmente quitados onde a capacidade de pagamento é total. Quanto aos compromissos firmados pela gestão anterior a 2018 é essencial manter foco em realizar uma estruturação de capital de forma otimizada e sustentável, através de venda de ativos e renegociação com credores, para quitação dos mesmos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desconto das duplicatas, antecipação de recebíveis, operações de fomento e crédito de fornecedores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Sem previsão de captação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Capital de giro	78.048	90.132	78.048	90.132
BRDE	12.910	12.910	12.910	12.910
Debêntures	735	278	735	278
Sujeitos à recup.judicial	428.111	397.283	428.111	397.283
Parcela Circulante	519.804	500.603	519.804	500.603
Debêntures	25.818	2.600	25.818	2.600
Parcela não circulante	25.818	2.600	25.818	2.600
	545.622	503.203	545.622	503.203

Taxas

Capital de giro	1 a 2,03% a.m. / 1% a.m.+INPC / 1 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m.
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Por data de vencimento				
Vencidos	40.074	38.154	40.074	38.154
Em até 6 meses	40.538	53.828	40.538	53.828
De 6 meses a 1 ano	11.081	11.338	11.081	11.338
Acima de 1 ano	25.818	2.600	25.818	2.600
Sujeitos à recup.judicial	428.111	397.283	428.111	397.283
	545.622	503.203	545.622	503.203

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Por tipo de moeda				
Reais	544.043	502.380	544.043	502.380
US\$	1.579	823	1.579	823
	545.622	503.203	545.622	503.203

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 165 milhões (R\$ 171 milhões em 31/12/2022).

Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 12.976 (atualizado R\$ 25.818) até 31/12/2023 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui limites de utilização dos financiamentos via desconto das duplicatas e operações de fomento sendo tomados 25% do contratado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22
Receita De Vendas E/Ou Serviços	296.762	265.473	11,8%	297.650	266.136	11,8%
Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos	(232.891)	(217.302)	7,2%	(234.426)	(218.558)	7,3%
Resultado Bruto	63.871	48.171	32,6%	63.224	47.578	32,9%
Despesas/Receitas Operacionais	(72.710)	(159.589)	-54,4%	(67.554)	(155.247)	-56,5%
Com Vendas	(42.746)	(33.773)	26,6%	(43.777)	(34.745)	26,0%
Gerais E Administrativas	(15.597)	(14.241)	9,5%	(15.616)	(14.270)	9,4%
Outras Receitas Operacionais	33.803	27.685	22,1%	33.791	28.244	19,6%
Outras Despesas Operacionais	(47.242)	(138.373)	-65,9%	(41.952)	(134.476)	-68,8%
Resultado De Equivalência Patrimonial	(928)	(887)	4,6%	-	-	
Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos	(8.839)	(111.418)	-92,1%	(4.330)	(107.669)	-96,0%
Resultado Financeiro	(143.544)	(49.704)	188,8%	(148.499)	(54.223)	173,9%
Receitas Financeiras	51.705	45.852	12,8%	51.774	45.910	12,8%
Despesas Financeiras	(195.249)	(95.556)	104,3%	(200.273)	(100.133)	100,0%
Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro	(152.383)	(161.122)	-5,4%	(152.829)	(161.892)	-5,6%
Diferido	838	1.432	-41,5%	1.284	2.202	-41,7%
Resultado Líquido Das Operações Continuadas	(151.545)	(159.690)	-5,1%	(151.545)	(159.690)	-5,1%
Lucro/Prejuízo Do Período	(151.545)	(159.690)	-5,1%	(151.545)	(159.690)	-5,1%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-		(151.545)	(159.690)	
Resultado Por Ação	(301,19)	(317,38)	-5,1%	(301,19)	(317,38)	-5,1%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22
ATIVO TOTAL	1.165.326	1.088.604	7,0%	1.176.189	1.099.856	6,9%
ATIVO CIRCULANTE	111.717	106.031	5,4%	111.904	106.587	5,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	194	402	-51,7%	314	551	-43,0%
Contas A Receber	64.016	59.768	7,1%	62.159	58.169	6,9%
Estoques	44.729	42.905	4,3%	45.539	43.756	4,1%
Tributos A Recuperar	326	300	8,7%	712	792	-10,1%
Despesas Antecipadas	45	30	50,0%	45	30	50,0%
Outros Ativos Circulantes	2.407	2.626	-8,3%	3.135	3.289	-4,7%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.053.609	982.573	7,2%	1.064.285	993.269	7,1%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	887.737	814.186	9,0%	888.196	814.644	9,0%
Outros Ativos Não Circulantes	887.737	814.186	9,0%	888.196	814.644	9,0%
INVESTIMENTOS	45.726	47.436	-3,6%	4.882	5.116	-4,6%
Participações Societárias	40.844	42.320	-3,5%	-	-	
Propriedade Para Investimentos	4.882	5.116	-4,6%	4.882	5.116	-4,6%
IMOBILIZADO	119.938	120.704	-0,6%	170.999	173.262	-1,3%
INTANGÍVEL	208	247	-15,8%	208	247	-15,8%

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22	31/12/2023	31/12/2022	% Var 23 x 22
PASSIVO TOTAL	1.165.326	1.088.604	7,0%	1.176.189	1.099.856	6,9%
PASSIVO CIRCULANTE	2.612.982	2.476.200	5,5%	2.687.029	2.544.912	5,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	924.320	879.792	5,1%	964.072	917.402	5,1%
Fornecedores	457.880	447.437	2,3%	459.755	449.180	2,4%
Obrigações Fiscais	453.016	410.406	10,4%	483.111	438.980	10,1%
Obrigações Fiscais Federais	269.845	239.766	12,5%	299.918	268.312	11,8%
Obrigações Fiscais Estaduais	135.718	130.464	4,0%	135.740	130.492	4,0%
Obrigações Fiscais Municipais	47.453	40.176	18,1%	47.453	40.176	18,1%
Empréstimos E Financiamentos	519.804	500.603	3,8%	519.804	500.603	3,8%
Empréstimos E Financiamentos	519.069	500.325	3,7%	519.069	500.325	3,7%
Debentures	735	278	164,4%	735	278	164,4%
Outras Obrigações	225.613	208.551	8,2%	227.220	208.680	8,9%
Passivos Com Partes Relacionadas	31.522	28.714	9,8%	39.569	35.807	10,5%
Outros	194.091	179.837	7,9%	187.651	172.873	8,5%
Provisões	32.349	29.411	10,0%	33.067	30.067	10,0%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	32.349	29.411	10,0%	33.067	30.067	10,0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	622.367	530.361	17,3%	559.112	472.824	18,2%
Empréstimos E Financiamentos	25.818	2.600		25.818	2.600	
Debentures	25.818	2.600	893,0%	25.818	2.600	893,0%
Outras Obrigações	64.091	63.901	0,3%	12.548	12.344	1,7%
Passivos Com Partes Relacionadas	51.543	51.557	-0,0%	-	-	
Outros	12.548	12.344	1,7%	12.548	12.344	1,7%
Tributos Diferidos	28.993	29.831	-2,8%	46.278	47.563	-2,7%
Provisões	503.465	434.029	16,0%	474.468	410.317	15,6%
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis	474.468	410.317	15,6%	474.468	410.317	15,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(2.070.023)	(1.917.957)	7,9%	(2.069.952)	(1.917.880)	7,9%
Capital Social Realizado	21.945	21.945	0,0%	21.945	21.945	0,0%
Reservas De Reavaliação	57.433	59.191	-3,0%	57.433	59.191	-3,0%
Reservas De Lucros	4.389	4.389	0,0%	4.389	4.389	0,0%
Prejuízos Acumulados	(2.185.811)	(2.036.579)	7,3%	(2.185.811)	(2.036.579)	7,3%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	27.468	28.023	-2,0%	27.468	28.023	-2,0%
Ajustes Acumulados De Conversão	4.553	5.074	-10,3%	4.553	5.074	-10,3%
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-		71	77	-7,8%

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta da produção e comercialização de artigos relacionados a produtos de banho, cama e mesa.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A equação entre custo de produção mais despesas, versus o cenário mercadológico, possibilitou maior equilíbrio em relação aos exercícios anteriores.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de produção e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. O aumento da inflação poderá afetar nossos negócios na medida em que corrompa o poder de

consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão a consumir. Mesmo frente a isso a empresa vai ampliar sua capacidade de criar valor e gerar resultados positivos de forma sustentada e contínua através da gestão de unidade de negócios, visando otimizar custos e despesas, focando MARCAS, produtos e novos canais de vendas, fortalecendo assim, ainda mais suas operações e sua marca.

- c. impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência. Nesse segmento que atuamos, existe uma exposição à variação de um único insumo (algodão) onde a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas principalmente no custo de produção. As elevadas despesas com captação de recursos, visto aumentos gradativos da taxa Selic, também nos afeta diretamente.

2.3 Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não há mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Foram emitidos conforme se transcreve abaixo:

Ano de 2021

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de

Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 80.118 mil (R\$ 115.783 mil em 31 de dezembro de 2020) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.880.927 mil (R\$ 1.805.423 mil em 31 de dezembro de 2020). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil (R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil (R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil em 31 de dezembro de 2020). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 559.310 mil controladora e

consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 514.073 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 369.344 mil (R\$ 349.070 mil em 31 de dezembro de 2020) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 211 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 180 mil em 31 de dezembro de 2020) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado (R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais de R\$ 35.810 mil controladora e R\$ 36.598 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.877 mil e R\$ 34.664 mil em 31 de dezembro de 2020), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos

foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Conseqüentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2021, os

principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 22 de março de 2022.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP

+55 11 3568 2868

Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR

+55 41 2101 1690

R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC

+55 47 3288 1979

R. Itapiranga, 233, sl. 17

Ano de 2022

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")

Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrk S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrk S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial,

assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 159.690 mil (R\$ 80.118 mil em 31 de dezembro de 2021) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.036.579 mil (R\$ 1.880.927 mil em 31 de dezembro de 2021). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil (R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil (R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil em 31 de dezembro de 2021). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a

posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado (R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021) e depósitos judiciais de R\$ 37.668 mil controladora e R\$ 38.126 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 35.810 mil e R\$ 36.598 mil em 31 de dezembro de 2021), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fragilidades nos controles relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as fragilidades nos controles supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2022 no montante de R\$ 105.918 mil, conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas significativas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2022 em sua totalidade.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2022, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.



Blumenau – SC, 23 de março de 2023.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP
+55 11 3568 2868
Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR
+55 41 2101 1690
R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC
+55 47 3288 1979
R. Itapiranga, 233, sl. 17

Ano de 2023

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")
Blumenau – SC

Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 151.545 mil (R\$ 159.690 mil em 31 de dezembro de 2022) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.185.811 mil (R\$ 2.036.579 mil em 31 de dezembro de 2022). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.501.265 mil e R\$ 2.575.125 mil (R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 2.070.23 mil e R\$ 2.069.952 mil (R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil em 31 de dezembro de 2022). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras individuais e

consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 840.232 mil em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 506.817 mil controladora e R\$ 507.535 mil consolidado (R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais de R\$ 39.725 mil controladora e R\$ 40.184 mil consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 37.668 mil e R\$ 38.126 mil em 31 de dezembro de 2022), entretanto identificamos que a Companhia ainda apresenta divergências entre os controles auxiliares de provisões para contingências e depósitos judiciais para os controles contábeis, necessitando de conciliação. Isso gera uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as divergências nos controles supramencionados, mediante conclusão da conciliação das contingências cíveis e através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em um ajuste no exercício de 2023 no montante de R\$ 36.592 mil (R\$ 105.918 – 2022), conforme detalhado na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2023 em sua totalidade

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Blumenau – SC, 21 de março de 2024.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

São Paulo, SP

+55 11 3568 2868

Av. Faria Lima, 3144

Curitiba, PR

+55 41 2101 1690

R. Pasteur, 463, 13º andar

Blumenau, SC

+55 47 3288 1979

R. Itapiranga, 233, sl. 17

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve fatos relevantes.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Sem efeitos nas demonstrações.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve fatos relevantes.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não houve divulgação.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há eventos significativos que altere substancialmente as demonstrações financeiras.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

b. regras sobre distribuição de dividendos

c. periodicidade das distribuições de dividendos

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não houve destinação dos resultados sociais, a empresa registrou prejuízo no exercício.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada.
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreram.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreram.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia efetuou em 2023 investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos importaram em R\$ 436,1 (R\$ 2.412,7 mil em 2022). Para 2024, a Companhia tem previsão de investimentos pontuais na modernização do parque fabril, com foco na melhoria de nossa produtividade e competitividade.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não foram identificados outros fatores relevantes que não os anteriormente comentados.

Anexo II: Remuneração dos administradores - Artigo 13 da Resolução 81/22 e nos moldes do Item 8 do FRe (Resolução CVM nº 80/22)

Art. 12 Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I – a proposta de remuneração dos administradores; e

Conforme demonstrado no item 8.2- letra F.

II – as informações indicadas no item 8 do formulário de referência.

8 . Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política formal de remuneração. Assim como não há Conselho fiscal e comitês remunerados.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

- Conselho de Administração – remuneração 100% fixa.
- Diretora Presidente: Acumulando os cargos de Gestora Judicial e Presidente da Companhia, sendo eleita pela Assembleia Geral de Credores em 10/06/2019, mantendo sua remuneração conforme estipulada judicialmente.
- Diretoria – remuneração 100% fixa.
- O reajuste da parcela fixa da remuneração da Diretoria da Companhia é definido anualmente em Assembleia Geral de Acionistas.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;
- sua metodologia de cálculo e de reajuste

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

ii. razões que justificam a composição da remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró labore
- benefícios diretos ou indiretos
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

e valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

f total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

31/12/2021 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	747.338,59	0,00	927.338,59

31/12/2022 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	190.500,00	772.295,80	0,00	962.795,80

2023 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	208.164,00	799.186,64	0,00	1.007.350,64
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	208.164,00	799.186,64	0,00	1.007.350,64

2024 - Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	0	5
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	220.000,00	835.000,00	0,00	1.055.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	220.000,00	835.000,00	0,00	1.055.000,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados

- d. em relação ao bônus:
 - vi. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - vii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - viii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - ix. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há remuneração baseada em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social

e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há remuneração baseada em ações.

8.6. Em relação a outorga de opções de compra do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não há remuneração baseada em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado do exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado do exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não se aplica.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros

- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	60.000,00	373.671,25	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	60.000,00	373.667,25	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	60.000,00	373.669,30	0,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	63.500,00	386.147,90	0,00

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3	2	0
Nº de membros remunerados	3	2	0
Valor da maior remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	69.388,00	399.593,32	0,00

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

- Diretoria e Conselho de Administração: No caso de destituição, será pago o saldo da remuneração referente ao mês em curso.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2021	2022	2023
REMUNERAÇÃO TOTAL / ano	R\$ 927.338,59	R\$ 962.795,80	R\$ 1.007.350,64
PARTES RELACIONADAS / ano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% Partes Relacionadas	0,0%	0,0%	0,0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações sobre este item.

Anexo III: Destinação do Lucro Líquido (Artigo 10, Parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81/22)

Não apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.